
Sumário

Introdução	1
------------------	---

Capítulo 1

A palavra discriminação	7
1.1. O significado da palavra <i>discriminação</i>	8
1.2. A palavra <i>discriminação</i> no mundo jurídico	13
1.3. O uso da palavra <i>discriminação</i> no ordenamento jurídico brasileiro	20

Capítulo 2

Diferença entre tratamento desigual e tratamento discriminatório	25
2.1. A discriminação como ato comparativo	25
2.2. A igualdade e o ser humano	27
2.3. Igualdade e diferenças	30
2.4. A igualdade e a sua importância no direito constitucional e na estruturação do Estado social	34
2.5. Noções sobre modalidades de igualdade	36
2.6. A igualdade e o combate à discriminação dentro da visão do Direito norte-americano: as perspectivas da antidiferenciação e da antissubordinação	46
2.7. A igualdade como princípio violado por um ato discriminatório	49

Capítulo 3

Natureza jurídica das normas antidiscriminatórias	55
3.1. A qualidade diferenciada das normas antidiscriminatórias no Direito internacional	55
3.2. As normas antidiscriminatórias como normas de direito fundamental	61
3.3. A proibição da discriminação como objetivo do Estado brasileiro	64
3.4. A prevalência das normas antidiscriminatórias como expressão da dignidade da pessoa humana	66
3.5. A proibição da discriminação como direito fundamental nas relações de trabalho	67

Capítulo 4

Sujeitos e efeitos do ato discriminatório	73
4.1. Sujeitos do ato discriminatório nas relações do trabalho	74
4.1.1. O agente discriminador	75
4.1.2. A vítima da prática discriminatória	79
4.1.3. O modelo de comparação	81
4.2. Efeitos do ato discriminatório	83
4.2.1. Prejudicialidade	84
4.2.2. Diferença de tratamento	86
4.2.3. Prejuízo na fruição de direitos	89

Capítulo 5

A motivação de um ato discriminatório	99
5.1. Um motivo discriminatório	101
5.2. A importância da motivação na conceituação de discriminação	102
5.2.1. As funções do motivo	107
5.2.2. Os testes de validade constitucional de medidas diferenciadoras	108
5.2.3. Motivos ou grupos?	110

5.3. Taxatividade ou exemplificidade nos motivos previstos em normas positivadas	113
5.3.1. Identificação dos modelos de proteção antidiscriminatória em relação aos motivos discriminatórios	120
5.4. Motivos naturais, opcionais ou mistos	122
5.5. Uma justificativa para o trato diferenciado	128
5.5.1. A teoria do <i>business necessity</i> e suas limitações	128
5.5.2. A <i>Bona Fide Occupational Qualification</i> – BFOQ	140
5.5.3. Razoabilidade e proporcionalidade do trato diferenciado	143

Capítulo 6

Conceitos de discriminação	149
6.1. Evolução dos conceitos de discriminação	149
6.2. Conceitos positivados na ordem internacional	153
6.2.1. O conceito de discriminação da Convenção nº 111 da OIT	153
6.2.2. O conceito da Convenção relativa à luta contra as discriminações na esfera do ensino	155
6.2.3. O Conceito da Convenção Internacional sobre todas as formas de eliminação da discriminação racial	156
6.2.4. O conceito da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres	159
6.2.5. O conceito da Declaração sobre a eliminação de todas as formas de intolerância e discriminação fundadas na religião ou nas convicções	160
6.2.6. O conceito da Declaração sobre o direito e a responsabilidade dos indivíduos, grupos ou órgãos da sociedade de promover e proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais universalmente reconhecidas	161
6.2.7. Convenção sobre os Direitos da Criança	162
6.2.8. O conceito da Convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência	162
6.2.9. O conceito da Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência	163

6.3. Conceitos positivados na ordem interna de outros Estados	164
6.3.1. Canadá	165
6.3.2. Estados Unidos da América	166
6.3.3. Espanha	170
6.3.4. Portugal	172
6.3.5. Brasil	173
6.4. Conceitos doutrinários	175
6.4.1. Conceitos doutrinários de outros ramos do Direito	175
6.4.2. Conceitos doutrinários no Direito do trabalho	177
6.5. Conceitos jurisprudenciais	181
6.5.1. Suprema Corte dos Estados Unidos da América	182
6.5.2. Corte Constitucional da África do Sul	184
6.5.3. Tribunal de Justiça da União Europeia	186

Capítulo **7**

Modalidades de discriminação	189
7.1. Classificação das discriminações pela intencionalidade	190
7.1.1. Discriminação intencional	192
7.1.2. Discriminação não intencional	195
7.2. Classificação das discriminações pela prejudicialidade	209
7.2.1. Discriminações negativas	211
7.2.2. Discriminações positivas	211
7.3. Classificação em relação aos motivos	216
7.4. Classificação em relação à posição das partes envolvidas	217
7.5. Classificação quanto ao momento da prática do ato discriminatório	219
7.5.1. Discriminação pré-contratual	219
7.5.2. Discriminação durante o contrato	221
7.5.3. Discriminação pós-contratual	222
7.6. Modalidades discriminatórias específicas	223
7.6.1. Discriminação por assédio	223
7.6.2. Discriminação por retaliação	226

Capítulo 8

Princípios de combate à discriminação	229
8.1. A proibição da discriminação nas relações do trabalho	230
8.2. O princípio da igualdade como presunção de medida justa	232
8.3. A imprescritibilidade das violações discriminatórias	234
8.4. Os aspectos processuais mais importantes nas questões discriminatórias nas relações do trabalho	238
8.4.1. O ônus da prova nas questões discriminatórias	240
8.4.2. Meios de prova especiais	255
8.4.3. Meios de reparação dos atos discriminatórios	261

Capítulo 9

Discriminações contra os trabalhadores migrantes	267
9.1. Breve histórico e atualidades dos fenômenos migratórios	268
9.2. As condições especiais dos diversos tipos de trabalhadores migrantes	271
9.3. O desastre da permanência não autorizada	277
9.4. Proteção internacional do trabalhador migrante	283
9.4.1. A Convenção nº 97 da OIT	283
9.4.2. A Convenção nº 118 da OIT	284
9.4.3. A Convenção nº 143 da OIT	285
9.4.4. A Convenção nº 157 da OIT	288
9.4.5. A Convenção sobre Direitos dos Trabalhadores Migrantes e de suas Famílias da Organização das Nações Unidas	288
9.4.6. Declaração Sociolaboral do Mercosul	291
9.5. O ordenamento jurídico brasileiro e o trabalhador migrante	292
9.6. A tensão crescente entre dois direitos: o direito individual de ir e vir e o direito dos Estados de restringir a imigração	297
Conclusão	309
Referências bibliográficas	313
Documentos – Internet	330